

O ENSINO DE 2º GRAU EM MINAS GERAIS:

Diferenciação, Contenção e Privatização

Ana Zuleima de Castro Lüscher*

Leila de Alvarenga Mafra**



O objetivo deste artigo é apresentar e discutir os principais resultados obtidos na primeira etapa da pesquisa "O Ensino de 2º grau em Minas Gerais: Caracterização e Perspectivas".¹

Essa pesquisa faz parte de um projeto comum a nove Estados da Federação,² que, sob a coordenação do INEP/MEC, vêm realizando um esforço no sentido de aprofundar os conhecimentos acerca do ensino de segundo grau no

Pais e de contribuir para a busca de novos encaminhamentos aos problemas detectados.

O interesse central do estudo proposto é o desvelamento da diferenciação do ensino de segundo grau. Pretendemos especialmente conhecer as características e especificidades próprias a esse grau, bem como apreender o processo de produção e reprodução da diferenciação no interior das escolas, em suas relações com os processos sociais exteriores a ela.

* Professora do Departamento de Administração Escolar da Faculdade de Educação da UFMG.

** Professora do Departamento de Ciências Sociais Aplicadas à Educação da Faculdade de Educação da UFMG.

1 A primeira etapa dessa pesquisa foi desenvolvida pelas Professoras Ana Zuleima Lüscher, Leila de Alvarenga Mafra e Lucília Regina S. Machado, da Faculdade de Educação da UFMG.

2 Pará, Maranhão, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Minas Gerais, Goiás, São Paulo, Paraná e Santa Catarina.

1 - PRESSUPOSTOS BÁSICOS

Partimos da premissa básica de que o ensino de 2º grau no Brasil, embora esteja estruturado de forma integrada e unificada, tem, como característica mais definidora, a sua diferenciação. Não existiria, portanto, um único ensino de 2º grau, mas vários.

Essa diferenciação se alicerça, neste estudo, nos pressupostos relacionados a a seguir:

- a) As condições históricas e os elementos estruturais que caracterizam a sociedade brasileira provocam processos sociais diferenciadores, que se manifestam no sistema de ensino, tornando-o também muito diferenciado;
- b) as diferenciações no sistema de ensino têm assumido, historicamente, formas e processos que decorrem de ajustamentos às imposições legais normatizadas pelo Estado, mas que constituem, em última instância, uma consequência das exigências da divisão social e técnica do trabalho;
- c) no processo de diferenciação do ensino atuam múltiplas determinações intra e extra-escolares, que se integram de várias formas, estabelecendo certos padrões, tipos ou sínteses específicas de ensino;
- d) esses padrões típicos se constituem e são modificados, na medida em que vão sendo alteradas as possibilidades de acesso e de permanência na escola, de aproveitamento escolar, de acesso a determinados tipos de saber, de disponibilidade de professores com formação e remuneração adequadas, da qualidade do ensino recebido, da disponibilidade de recursos educacionais necessários, etc...;
- e) o movimento de expansão quantitativa do ensino amplia o leque das diferenciações, pelo controle social na distribuição e apropriação do saber e pela eliminação das barreiras que impedem o acesso regular à escola. Esse movimento contraditório expressa a dinâmica do processo de desenvolvimento capitalista, que se apresenta, simultaneamente, como unificador e diferenciador;³
- f) as diferenciações no ensino se manifestam entre as escolas e mesmo dentro delas;
- g) embora seja um fator relevante, a diferenciação do ensino de 2º grau transcende a questão da dependência administrativa (redes pública e particular), pois existem, dentro de cada um desses segmentos, variações de qualidade e de tipos de ensino, tornando certas escolas públicas muito próximas das privadas, e vice-versa;
- h) a concomitância de diferentes tipos de ensino de 2º grau não é aleatória e casual, mas, pelas articulações que estabelece com os processos sociais diferenciadores da sociedade, significa uma divisão específica de funções entre e intra-escolas pertencentes a um mesmo sistema educacional, que corrobora as práticas educacionais antidemocráticas.

2 - A DIFERENCIAÇÃO DO ENSINO DE 2º GRAU NO BRASIL

O processo de diferenciação abrange verticalmente todos os níveis do sistema de ensino. Acreditamos, entretanto, ser o ensino de 2º grau um dos pontos nevrálgicos dessa diferenciação, em vista da posição intermediária que ocupa entre o 1º e o 3º graus. Tal fato o coloca como o nível de ensino que expressa com maior nitidez as contradições dos movimentos de expansão x contenção, unificação x diferenciação educacional, gerados no processo de desenvolvimento e expansão do capitalismo.

Nesse sentido, observamos que, na hierarquia do sistema de ensino, o 2º grau apresenta maior dificuldade para uma definição clara e inequívoca de seus objetivos e de sua especificidade. Isso porque, nesse nível de ensino, são definidas e ampliadas as potencialidades de formação profissional dos indivíduos, inclusive aquela de continuidade ou não dos estudos em nível superior.

Assim, as decisões acerca de a quem e a quantos atender, e o que ensinar nesse nível de ensino se revestem de uma função política de controle social, na medida em que podem acentuar ou não o processo de diferenciação e, conseqüentemente, o próprio processo de democratização da educação.

Uma rápida passagem pela história do ensino de 2º grau no Brasil nos fornece alguns parâmetros acerca das dificuldades e conflitos surgidos no processo de diferenciação desse nível de ensino e de sua crescente complexidade.

A questão da diferenciação do ensino de 2º grau somente se colocou de forma mais evidente no Brasil após 1930. A partir dessa data, com a ruptura do modelo agrário exportador e o avanço da produção capitalista em bases mais nitidamente urbanoindustriais, são acelerados os seguintes processos na educação brasileira:

- a) a organização mais sistemática do sistema de ensino;
- b) a maior expansão do alunado da escola média;
- c) as regulamentações legais de caráter diferenciador.

Tais processos foram acompanhados de lutas entre grupos que se polarizavam em torno de duas tendências opostas: 1) uma, mais conservadora e dominante, expressa nas *Leis Orgânicas do Ensino* (1942), regulava a diferenciação do ensino, dividindo-o em dois grandes ramos: o secundário-acadêmico, destinado à formação das "elites condutoras", e o técnico-profissional, destinado à classe trabalhadora; 2) outra, mais progressista, defendia a unificação do sistema, através de propostas de equivalência entre os ramos de ensino e maior semelhança nos conteúdos do ensino técnico em relação ao secundário. Objetivava, assim, atenuar o caráter específico de cada um.

Entre 1945 e 1971, as diversas medidas de equivalência asseguradas na legislação pouco contribuíram para reduzir, na prática, a diferenciação entre os dois ramos, ou para favorecer uma maior democratização desse nível de ensino.

A *Lei 5692/71* traduziu, em seu texto, a reversão das tendências de equivalência, que se apresentavam conciliatoriamente, como alternativas para o ensino secundário no País.

Fez-se, da exceção, a regra, profissionalizando-se o currículo para todas as escolas de forma compulsória. Reduziu-se o espaço dos conteúdos acadêmicos, através da "proporcionalidade inversa" do currículo, e unificou-se estruturalmente o sistema de ensino, agora denominado de 1º e 2º graus.

Este pretendia ser um sistema educacional duplamente mais democrático: na distribuição das oportunidades de acesso à escola e na distribuição do saber. O acesso seria mais livre pela eliminação das barreiras que tradicionalmente impediam o trânsito regular do aluno pelo sistema: os ramos de ensino compartimentalizados e o exame de admissão. O saber seria, por sua vez, melhor distribuído entre os jovens, independente de sua origem social ou de seu destino ocupacional. Essa distribuição se faria pelo equilíbrio entre a formação geral e especial, estabelecido no currículo pleno, e na integração entre as escolas.

A escola unificada profissionalizante recebia, assim, pela primeira vez, a incumbência de preparar o jovem para o trabalho.

Após doze anos de profissionalização, o que de fato presenciamos no ensino de 2º grau nos indica que muito pouco do pretendido na proposta inicial da Reforma foi de fato concretamente realizado.

Pelo *Parecer 45/72*, as habilitações profissionais a serem oferecidas nas escolas de 2º grau cobriam um total de 130

3 MACHADO, 1984.

opções de qualificação de técnicos de nível médio e de auxiliares técnicos, que supostamente atenderiam às necessidades do mercado de trabalho.

Essa proposta curricular, entretanto, começou a ser dissolvida já no *Parecer 76/75*, quando se deu a primeira reinterpretação da profissionalização, que, de habilitação profissional, foi reorientada para um preparo em áreas de atividades, totalizando 10 habilitações básicas.

Nessa reorientação, a profissionalização ficou diluída na educação geral e a ênfase voltou a ser colocada na continuidade de estudos em nível superior.

Finalmente, em 1982, a *Lei 7044* eliminou o caráter compulsório e universal da profissionalização, tornando-a facultativa para os estabelecimentos do ensino. Ficava, assim, a cargo das escolas a tarefa de redefinição de seu papel social, e conseqüentemente, aquele referente às relações entre escola e trabalho.

O distanciamento entre a proposta unificadora profissionalizante e as concretamente geradas no interior das escolas de 1º e 2º graus indicam a impropriedade dos pressupostos legais e os limites de sua concretização.

A realidade educacional que hoje presenciamos aponta para uma recomposição e reestruturação do ensino de 2º grau, exigidas em parte pela própria recomposição da sociedade brasileira, e sem dúvida, pelas contradições e conflitos gerados no seio das próprias escolas, diante das imposições legais a que foram submetidas.

Essas contradições tornam-se mais evidentes quando se consideram as interrelações entre as suas manifestações:⁴

- 1) a expansão do sistema de ensino, pela absorção de grupos sociais mais diferenciados;
- 2) a crescente privatização do sistema;
- 3) a falta de condições materiais e de recursos humanos em quantidade e qualidade suficientes para a realização da profissionalização;
- 4) a descaracterização da especificidade dos conteúdos curriculares, acadêmicos e técnicos, que prevaleciam antes da reforma de 1971;
- 5) o rebaixamento da qualidade de ensino;
- 6) os conflitos de interesses entre as expectativas educacionais e profissionais da clientela e o tipo de educação oferecido pelas escolas;
- 7) a resistência das escolas à proposta de profissionalização, enquanto imposta compulsoriamente, e a gradual assimilação da necessidade de uma formação do jovem para o mundo do trabalho.

Diante do quadro dessas manifestações, o que parece estar tomando forma e se corporificando no sistema educacional de 1º e de 2º graus não caracteriza uma escola unificada, mas seu reverso, ou seja, uma diferenciação e diversificação de escolas e tipos de ensino sem precedentes na história da educação brasileira.

As transformações ocorridas no processo de expansão e modernização da produção capitalista no País, ao mesmo tempo em que colocam a necessidade de ampliar o acesso à escola e ao saber, particularmente a um saber sobre o trabalho, colocam também a necessidade de se acentuar o processo de diferenciação no acesso e na distribuição do saber, como formas de controle social.

As transformações ocorridas na política educacional para o 2º Grau, de 1971 até o presente, expressam, não apenas as dificuldades enfrentadas pelas escolas na adaptação a essas novas necessidades, mas igualmente os interesses de grupos que defendiam concepções diferentes sobre a relação entre escola e trabalho, na definição dos conteúdos curriculares específicos desse nível de ensino.

4 CUNHA, s.d.; CUNHA, 1975; CURY, 1982; FREITAG, 1977.

3 - A DIFERENCIAÇÃO DO ENSINO DE 2º GRAU EM MINAS GERAIS

O CAMINHO PERCORRIDO

A caracterização e a análise do processo de diferenciação do ensino de 2º grau em Minas Gerais estão sendo realizadas, nesta pesquisa, através de três etapas, sucessivas e complementares, que conduzem ao aprofundamento crescente do problema em estudo.⁵

Esse processo implica partir de dados mais aparentes para atingir as formas mais concretas de diferenciação que acreditamos ocorrerem no processo de ensino realizado nas escolas.

Os dados já examinados correspondem à 1ª etapa da pesquisa, em que procuramos caracterizar a diferenciação do ensino de 2º grau no Estado, através das principais transformações quantitativas nele ocorridas entre 1971 e 1980.

Os dados analisados referem-se:

- a) à expansão quantitativa da rede escolar de 2º grau, à população escolarizável e atendida, ao crescimento do número de professores e à sua qualificação profissional;
- b) ao desempenho escolar, examinado a partir das seguintes dimensões:
 - a possibilidade de acesso à escola,
 - a capacidade de permanência do alunado na escola,
 - a capacidade de aproveitamento escolar;
- c) às habilitações profissionais oferecidas durante o período examinado.

Tais dados foram obtidos de fontes secundárias,⁶ e organizados de forma que se pudesse observar o seu movimento na década, por redes de ensino, por séries escolares e por macrorregiões sócio-econômicas do Estado.

Os dados coletados e consolidados nessa etapa abrangem todo o universo escolar de 2º grau do Estado. Este correspondia, até 1982, a um total de 1.048 escolas públicas e particulares, distribuídas por 463 municípios.

Privilegiaram-se, na coleta, os anos que permitiam estabelecer uma comparação entre as várias informações de interesse para o estudo. Muitas vezes, o que gostaríamos de destacar nem sempre pôde ser trabalhado, dada a inexistência, nas fontes consultadas, da informação desejada, na forma e nos anos que possibilitariam uma melhor e mais ampla caracterização do objetivo.

Essa dificuldade inviabilizou, por exemplo, o exame da expansão do curso noturno de 2º grau no Estado, uma vez que os dados estatísticos disponíveis nem sempre discriminavam entre cursos diurnos e noturnos, e, quando o faziam, essa distinção se limitava a aspectos de menor interesse para o nosso trabalho.

RESULTADOS ENCONTRADOS

Optamos por apresentar, neste artigo, apenas os dados referentes à expansão e ao desempenho do ensino de 2º grau no Estado de Minas Gerais e nas redes de ensino, pública e particular.⁷

5 LÜSCHER, 1985.

6 CEDINE (Centro de Documentação e Informações Educacionais da S.E.E./MG); SEPLAN (Secretaria de Estado do Planejamento; Diretoria do Ensino de 2º Grau da SEE/MG); Fundação João Pinheiro; Anuário Estatístico do IBGE e SPPC/MEC.

7 Informamos aos interessados haver, ainda, dados analisados sobre o desempenho entre as séries, e sobre a expansão e desempenho entre as oito maiores Regiões do Estado.

Esses dados nos permitirão apontar as principais transformações ocorridas nesse nível de ensino na década examinada, e indicar os aspectos mais gerais de sua diferenciação. Paralelamente, pretendemos tornar públicos os problemas que afetam esse nível de ensino no Estado e que têm dificultado, e mesmo impedido, a sua maior democratização.

3.1 – A EXPANSÃO DO ENSINO DE 2º GRAU EM MINAS GERAIS

A análise da expansão do ensino, qualquer que seja o nível que se privilegie, coloca, necessariamente, a questão mais ampla da democratização da sociedade. Sabemos que a maior ou menor expansão e democratização da educação se encontram submetidas à condição básica de democratização da sociedade, qual seja, a equidade social, econômica e política entre os cidadãos.

Essa condição básica, sobre a qual a educação, por si só, não tem como interferir, afeta o processo de democratização do ensino, na medida em que amplia ou restringe não somente o acesso à escola, mas também o acesso a oportunidades de educação de boa qualidade.

A análise que se segue permite constatar em que medida essas condições de democratização da educação estiveram presentes no processo de expansão do ensino de 2º grau ocorrido em Minas Gerais, entre 1971 e 1980.

Grande parte dos jovens mineiros não têm contato com a primeira condição de acesso, pois se encontram fora da escola de 2º grau. Em 1971, para uma população de 1.355.767

jovens na faixa etária correspondente a esse nível de ensino (15 a 19 anos), foi registrado um total de 140.423 matrículas nas escolas de 2º grau do Estado, o que representa uma taxa de atendimento escolar de apenas 10.4%. (TAB. I)

Dez anos mais tarde, em 1980, a taxa de atendimento havia praticamente duplicado, alcançando 19.2%; a matrícula inicial, por sua vez, cresceu 2.2 vezes na década, chegando a 307.376, em valores absolutos.

Esses dados indicam ter havido uma expansão real do ensino de 2º grau no Estado. Tal expansão, entretanto, mostra sua relatividade diante do fato de que 80.8% dos jovens de 15 a 19 anos permaneciam sem acesso a esse nível de ensino.

Essa situação de desigualdade no acesso à escola de 2º grau é agravada quando se considera a distribuição do atendimento escolar pelas redes de ensino. A TABELA Nº I indica que, entre 1971 e 1980, as taxas de atendimento da rede particular foram muito superiores às do conjunto das redes públicas (federal, estadual, municipal); enquanto a taxa da rede particular foi duplicada de 6.0% para 12.2%, a da rede pública passou de 4.4% para 7.0%.

O fato de a rede particular apresentar as mais altas taxas de atendimento está respaldado no maior número de matrículas efetuadas por essa rede. Em 1971, do total de matrículas no 2º grau, 57.4% foram registradas em escolas particulares, ficando os restantes 42.6% sob a responsabilidade das escolas públicas. Em 1980, as matrículas na rede particular alcançavam 63.6% do total do Estado, o que significa que a participação da rede pública foi de 36.4%, abaixo, portanto, do seu percentual de matrículas de 10 anos antes.

TABELA Nº I

ENSINO DE 2º GRAU – POPULAÇÃO ESCOLARIZÁVEL DE 15 A 19 ANOS; MATRÍCULA INICIAL E TAXAS DE ATENDIMENTO ESCOLAR DO ESTADO E DAS REDES

ANOS	População Escolarizável em Minas Gerais (15-19 anos)	Matrícula inicial em Minas Gerais	Matrícula na Rede Pública	Matrícula na Rede Particular	Taxa de atendimento em M.G.	Taxa de atendimento na Rede Pública	Taxa de atendimento na Rede Particular
1971	1.335.767	140.423	59.798 (42.6%)	80.625 (57.4%)	10.4%	4.4%	6.0%
1980	1.604.130	307.376	112.008 (36.4%)	195.368 (63.6%)	19.2%	7.0%	12.2%
Índice médio de crescimento	12.0%	9.0%	87.0%	142.0%	—	—	—

Fonte: Volumes nº 1 e nº 2 do Relatório da Pesquisa: O ensino de 2º grau em Minas Gerais. Caracterização e Perspectiva.

Temos aí uma indicação clara de que o ritmo de crescimento da rede pública foi desacelerado ou contido durante esse período, permitindo a expansão mais acentuada da rede particular no atendimento à demanda por ensino de 2º grau.

Os índices de crescimento da matrícula, tanto os anuais como o médio, também confirmam essa tendência; enquanto a rede particular registrava, de 1971 a 1980, um índice médio de 10.5% no crescimento de suas matrículas, na rede pública esse índice foi de apenas 6.4%.⁸

A despeito dessa diferença entre as duas redes de ensino, a leitura dos índices anuais de crescimento permite observar que, de 1977 a 1980, houve uma retração expressiva no crescimento das matrículas também da rede particular. Essa rede, que, de 1972 a 1976, vinha expandindo suas matrículas num ritmo bastante acelerado (de 6.0% em 1972 a 22.0% em 1976), chegou a apresentar um crescimento negativo de 0.3% em 1977. Dessa data até o final da década, os índices anuais de crescimento se mantiveram sempre abaixo daqueles registrados nos anos anteriores. Em 1980, por exemplo, o índice anual obtido foi apenas 3.0%.

Esse movimento de retração da rede particular afetou os índices de crescimento da matrícula para o Estado, que também se mostraram mais baixos, de 1977 a 1980.⁹

Já na rede pública se observa uma maior variação no ritmo de crescimento da matrícula. Índices mais e menos elevados foram registrados ao longo de todo o período, sendo que, em comparação com a rede particular, houve predominância de baixos índices de crescimento. O maior crescimento na rede pública foi de 13.0% em 1977.

As tendências à contenção do ensino público e à expansão do ensino particular que os dados discutidos acima vêm indicando, somadas às reduzidas taxas de atendimento escolar, apontam para uma ampliação do leque de diferenciações no ensino de 2º grau em Minas Gerais, particularmente no que se refere às condições de acesso a esse ensino.

Esse leque se torna ainda mais amplo diante da distribuição geográfica das escolas existentes. Até 1982, por exemplo, o Estado de Minas Gerais contava com um total de 1.048 escolas de 2º grau, distribuídas entre 463 dos seus 722 municípios. Em 259 (35.9%) dos municípios do Estado, a população não podia sequer cogitar em frequentar uma escola de 2º grau, a não ser que se deslocasse, para tanto, até outros municípios.¹⁰ Tais deslocamentos implicam custos adicionais de tempo, transporte e até mesmo de moradia e alimentação, impondo novas barreiras ao acesso à escola.

Por outro lado, e respeitando a tendência já registrada para o período, dessas 1.048 escolas, 393 (37.5%) pertenciam à rede pública, enquanto as demais, 655 (62.5%), compunham a rede particular.¹¹

8 MAFRA, 1985b, p. 263.

9 MAFRA, 1985a, p. 51.

10 MAFRA, 1986.

11 Dados de 1984/85, da S.E.E./MG - D.E.II, indicam que uma política de expansão do número de escolas vem sendo implementada. Nesses 2 anos, foram criadas 193 novas escolas públicas de 2º Grau no Estado, sendo que, destas, 169 pertencem à Rede Estadual e 24 à Rede Municipal. Essas medidas, entretanto, não foram ainda suficientes para superar a predominância da Rede Particular, que contava, em 1984/85, com 671 escolas frente às 586 instituições públicas.

Quanto à segunda condição necessária à democratização do ensino - acesso a um ensino de boa qualidade - os dados do Estado referentes ao crescimento do número de escolas, alunos, professores e funcionários, bem como as relações que esses números mantiveram entre si durante o período, são bastantes expressivos.

Esses dados (TABELAS Nº II e Nº III) se referem aos anos de 1973 e 1979, visto não ter sido possível obter informações sobre todos esses itens para anos mais recentes.

TABELA Nº II

EXPANSÃO QUANTITATIVA DE ESCOLAS, ALUNOS, PROFESSORES, FUNCIONÁRIOS NO ENSINO DE 2º GRAU - MINAS GERAIS - 1973/79

Anos	Nº de Escolas	Nº de Alunos	Nº de Professores	Nº de Funcionários
1973	871	166.733	15.600	7.421
1979	926	294.316	18.435	9.668
Índices de Crescimento	6,3%	76,5%	18,2%	30,3%

Fonte: Dados consolidados a partir de informações do CEDINE-SEE/MG e SEPLAN/MG.

A TABELA Nº II mostra, claramente, a diferença no ritmo de crescimento do número de instituições e dos corpos discente, docente e de funcionários, no Estado. Nesses seis anos, o número de alunos cresceu 76.5%, enquanto que o de escolas cresceu apenas 6.3%, evidenciando a tendência de crescimento de alunos por escola e não de criação de novas escolas. Por outro lado, o crescimento do número de professores e de funcionários também não seguiu o mesmo ritmo observado para o de alunos. Quanto aos funcionários, houve uma expansão de 30.3%, mas o corpo docente evoluiu, numericamente, apenas 18.2%. A concentração de alunos por escola implicou, portanto, maior número de alunos e de aulas por professor.

TABELA Nº III
RELAÇÃO ESCOLA/ALUNO/PROFESSOR/FUNCIÓNARIO
NO ENSINO DE 2º GRAU EM MINAS GERAIS
- 1973/1979 -

Anos	Aluno/ Escola	Aluno/ Professor	Aluno/ Funcionário	Professor/ Escola	Professor/ Funcionário	Funcionário/ Escola
1973	191/1	11/1	23/1	18/1	2/1	9/1
1979	318/1	16/1	30/1	20/1	2/1	10/1
Diferença 1973/1979	+127/1	+5/1	+7/1	+2/1	0	1/1

Fonte: TABELA Nº II.

Esse processo de concentração fica mais nitidamente evidenciado com as relações estabelecidas na TABELA Nº III. Estas mostram que, de fato, a expansão diferenciada do número de escolas, alunos e professores acarretou uma maior quantidade de alunos por escola e por professor. Se, em 1973, o atendimento médio era de 191 alunos por escola, em 1979, ele passou a ser de 318 alunos. Por outro lado, a relação aluno/professor, que, em 1973, era de 11/1, passou a ser, em 1979, de 16/1. Essas constatações são confirmadas pelo pequeno crescimento ocorrido na relação professor/escola.

Houve, em média, um acréscimo de apenas 2 professores por escola, entre os anos considerados.

Esse conjunto de dados indica que a expansão do ensino de 2º grau em Minas Gerais, nos anos 70, resultou muito mais do "inchaço" das escolas, ou da formação de grandes escolas, do que do crescimento do número de escolas.

A organização dessas mesmas informações por redes de ensino configura, de forma ainda mais clara, essa tendência, que se mostrou particularmente notável na rede particular.

TABELA Nº IV
EXPANSÃO QUANTITATIVA DE ESCOLAS, ALUNOS, PROFESSORES
E FUNCIONÁRIOS NAS REDES PÚBLICA E PARTICULAR
ENSINO DE 2º GRAU - MINAS GERAIS - 1973/79 -

REDES		NÚMERO DE ESCOLAS		NÚMERO DE ALUNOS		NÚMERO DE PROFESSORES		NÚMERO DE FUNCIONÁRIOS	
		Nº Abs.	%	Nº Abs.	%	Nº Abs.	%	Nº Abs.	%
1973	Pública	315	36.1	69.624	41.8	6.450	41.3	3.686	49.7
	Particular	556	63.9	97.109	58.2	9.150	58.7	3.735	50.3
	Total	871	100.0	166.733	100.0	15.600	100.0	7.421	100.0
1979	Pública	339	36.7	104.351	35.4	6.301	36.7	4.327	44.8
	Particular	587	63.3	189.965	64.6	10.886	63.3	5.341	55.2
	Total	926	100.0	294.316	100.0	17.187	100.0	9.668	100.0
Índices de Crescimento - 1979									
REDE PÚBLICA			7.6%		49.9%		-2.3%		17.3%
REDE PARTICULAR			5.6%		95.7%		19.0%		43.0%

Fonte: Dados consolidados a partir de informações fornecidas pelo CEDINE-SEE-MG e SEPLAN-MG.

Nesta rede, o crescimento do número de estabelecimentos evoluiu, entre 1973 e 1979, em ritmo inferior ao da rede pública (5,6% e 7,6%, respectivamente). Entretanto, a expansão quantitativa do número de alunos apresentou uma situação oposta, uma vez que esse crescimento na rede particular (95,7%) atingiu quase o dobro do índice de crescimento do alunado da rede pública (49,9%).

A relação aluno/escola (TABELA Nº V) ilustra essa expansão diferenciada entre as redes. Ainda que, em ambas, essa relação tenha crescido entre 1973 e 1979, é interessante observar que, comparativamente à rede particular, a situação

da rede pública, em 1979, foi inversa à apresentada em 1973. Neste ano, cada escola pública de 2º grau no Estado recebia, em média, um número mais elevado de alunos (221/1) do que a sua congênere particular (174/1). Em 1979, a liderança passou a pertencer à rede particular (323/1) o que demonstra o "inchaço" maior desta, e a redução média do número de vagas por escola pública (307/1), nesses seis anos.

As relações diferenciadas entre o crescimento do número de alunos e professores, bem como entre o número de professores e escolas nas redes também confirmam a tendência ao "inchaço" das escolas de 2º grau.

TABELA Nº V
RELAÇÃO ESCOLA/ALUNO, PROFESSOR/FUNCIÓARIO
NAS REDES PÚBLICA E PARTICULAR
ENSINO DE 2º GRAU - MINAS GERAIS - 1973/79

ANOS	REDES	ALUNO	ALUNO	ALUNO	PROFES-	PROFES-	FUNCIÓ-
		ESCOLA	PROFES-	FUNCIÓ-	SOR	SOR	NÁRIO
			SOR	NÁRIO	ESCOLA	FUNCIÓ-	ESCOLA
						NÁRIO	
1973	Pública	221.0	10.8	18.9	20.5	1.8	11.7
	Particular	174.7	10.6	26.0	16.5	2.5	6.7
1979	Pública	307.8	16.6	24.1	18.6	1.4	12.8
	Particular	323.6	17.5	35.6	18.6	2.0	9.1
Diferença							
1973/79	Pública	86.8	5.8	5.2	1.9	0.4	1.1
Diferença							
1973/79	Particular	148.9	6.9	9.6	2.1	0.5	2.4

Fonte: Dados consolidados a partir de informações fornecidas pelo CEDINE-SEE-MG e SEPLAN-MG.

A manifestação dessa tendência nos permite colocar seriamente em dúvida a qualidade do ensino hoje ministrado na maioria das escolas de 2º grau do Estado, porque, se o "inchaço", por um lado, permitiu que fosse duplicada a capacidade de atendimento do sistema de ensino, por outro lado, ele implicou um aumento do número de alunos por turma e uma sobrecarga de trabalho para os professores. A estes coube maior número de alunos por turma ou maior número de turmas, sendo-lhes atribuída também maior carga didática. Ainda que tais fatores não sejam os únicos responsáveis pela qualidade do ensino, eles certamente interferem nessa qualidade.

Ao final dessa análise, a conclusão a que se chega é que a expansão ocorrida nesse nível de ensino entre 1971 e 1980 se deu, fundamentalmente, a partir de três tendências, estreitamente relacionadas: a contenção do crescimento da rede pública, a expansão, através da privatização do ensino, e a expansão, por meio de "inchaço" das escolas, nas duas redes.

3.2. - O DESEMPENHO DO ENSINO DE 2º GRAU EM MINAS GERAIS

Como vimos, entre 1971 e 1980, o contingente de alunos que teve acesso às escolas de 2º grau no Estado foi duplicado.

Se tomássemos isoladamente o acesso à escola, poderíamos supor que o 2º grau, em Minas Gerais, tornou-se, no período examinado, mais democrático. Isso porque passou a registrar um número maior de matrículas, distribuídas, provavelmente, entre grupos sociais mais diferenciados. 12

As tendências apontadas na análise do processo de expansão dessas escolas sugerem, entretanto, que o ensino de 2º grau, no conjunto das escolas do Estado, assim como entre as redes pública e particular, deteriorou-se na década, dadas as condições objetivas em que se processou. Questiona-se, assim, o real significado da expansão realizada nesse grau de ensino.

Os limites dessa expansão e a indicação de deterioração da qualidade do ensino nessas escolas estão também refletidos nas possibilidades concretas de permanência e de aproveitamento escolar que o alunado de 2º grau experimentou nesse período, já que os dois processos são afetados pelas condições objetivas de realização da ação pedagógica.

A análise que se segue pretende avaliar a extensão dessas possibilidades pelo exame dos dados da evasão, da aprovação e da reprovação, no conjunto das escolas do Estado, e entre as redes de ensino, pública e particular.

3.2.1 - A EVASÃO ESCOLAR NO ENSINO DE 2º GRAU NO ESTADO

A Escola de 2º Grau no Estado de Minas Gerais tornou-se, ao longo da década examinada (1971-80), mais excludente. O número de evasões registradas nesse período praticamente quadruplicou, crescendo num ritmo de 16,4% ao ano, atingindo 239.630 alunos. Esse ritmo foi, portanto, quase duas vezes superior ao ritmo de crescimento do número de matrículas iniciais (9,0%).

Evasão	Crescimento na década	Índice médio de crescimento na década	Taxa de Evasão	Taxa média de evasão na década
1971	10.444	16.4%	7.4%	10.8%
1980	40.781		13.2%	

Esses dados mostram que a possibilidade de permanência do alunado nas escolas de 2º grau foi sendo progressivamente reduzida, acentuando-se essa redução com maior nitidez, no decorrer do segundo quinquênio da década.¹²

As taxas de evasão constituem um bom indicador dessa tendência: a taxa de evasão cresceu de 7,4% em 1971 para 13,2% em 1980, sendo a taxa média do período de 10,8%. Esse percentual significa que para cada 100 matrículas iniciais realizadas, houve, em média, uma perda de quase onze alunos ao ano.

Pelo exame das taxas de evasão na década, observa-se que, no segundo quinquênio (1975-80), estas se mantiveram sempre superiores à taxa média do período, sendo as mais elevadas registradas em 1976 (24,0%) e 1980 (13,2%).

O crescimento das taxas de evasão e a tendência apontada na sua evolução demonstram que a uma parte do contingente de alunos que alcançou o 2º grau não foi facultada a permanência na escola. Tal fato nos leva a concluir que, paralelamente ao processo de abertura do ensino de 2º grau, atra-

vés da expansão da matrícula, ocorreu, igualmente, um fechamento crescente desse ensino através da exclusão de seus alunos, principalmente nos últimos anos do período estudado.

NAS REDES PÚBLICA E PARTICULAR

O interesse central ao compararmos o comportamento das redes pública e particular em relação ao fenômeno da evasão está em identificar as diferenças e semelhanças fundamentais entre elas e, a partir destas, levantar algumas hipóteses sobre a situação encontrada.

O primeiro aspecto a ser ressaltado, nessa comparação, diz respeito ao crescimento do número de evasões ocorrido no período examinado.

Verifica-se, pelos dados reunidos a seguir, que tanto a rede pública como a particular apresentaram, entre 1971 e 1980, um movimento ascendente no crescimento do número de evasões, porém em proporções bastante diferenciadas.

Evasão	Crescimento na década		Índice médio de crescimento na década	Taxa de Evasão		Taxa média de evasão na década
	1971	1980		1971	1980	
Rede Pública	6.961 (66.7%)	15.616 (36.7%)	8.1%	11.6%	14.0%	12.2%
Rede Particular	3.483 (33.3%)	25.165 (63.3%)	26.6%	4.3%	13.0%	10.4%
MINAS GERAIS	10.444	40.781	16.4%	7.4%	13.2%	10.8%

12 FRANCO, 1983. p. 18.

13 MAFRA, 1985a. p. 262-3.

No início da década (1971), a rede pública detinha 66.7% das evasões do Estado, o que correspondia a uma perda de 6.961 alunos. Neste ano, sua marca superava surpreendentemente a da rede particular, que era responsável por 33.3% daquele total, excluindo cerca de 3.483 alunos – ou seja, a metade das evasões ocorria na rede pública. No último ano do período examinado (1980), verifica-se que a rede particular havia superado a pública, na medida em que se tornou responsável por 63.3% do total de evasões do Estado, o que, em valores absolutos, representa uma perda de 25.165 alunos. Nesse mesmo ano, a participação da rede pública foi reduzida para 36.6%, excluindo um total de 15.616 alunos.

O aumento mais acentuado do número de evasões na rede particular, comparativamente ao da rede pública, está refletido nos seus índices anuais e médio de crescimento.¹⁴ Na rede particular, o índice médio de crescimento da evasão foi de 26.6%, sendo três vezes superior ao da rede pública, 8.1%.

Ao se relacionar a matrícula inicial ao número de evasões ocorridas, verifica-se, pelas taxas de evasão de ambas as redes, que a tendência constatada acima está também refletida nessa relação.

No início da década, a taxa de evasão da rede particular, 4.3%, foi bem inferior à da rede pública, que alcançou o índice de 11.6%. Essa diferença, entretanto, não é sustentada no decorrer do período. As taxas médias de evasão e a registrada no último ano (1980), para as duas redes, tendem a se aproximar, reduzindo-se, conseqüentemente, a diferenciação mais acentuada que existia entre elas. Ainda assim, essas taxas, para a

rede pública, apresentaram-se sempre superiores às da rede privada.

As variações observadas nas taxas anuais de evasão, para ambas as redes,¹⁵ indicam que as taxas mais elevadas concentram-se também na segunda metade da década (1975-1980).

A tendência ascendente das taxas de evasão na rede pública é preocupante e necessita ser estudada, em profundidade, tendo em vista a política de expansão dessa rede de ensino, que vem sendo implantada a partir de 1984.

3.2.2 – A APROVAÇÃO NO ENSINO DE 2º GRAU

No Estado

A possibilidade de aproveitamento escolar será examinada pelos dados referentes à aprovação e à reprovação escolar.

A aprovação, no caso, refere-se àqueles alunos que aparecem no registro da matrícula, antes da realização dos exames finais de cada ano letivo. Ou seja, no cômputo dos alunos a serem aprovados e/ou reprovados, já foram excluídos aqueles que evadiram durante o ano letivo.

Nos dados abaixo, a aprovação dos jovens que permaneceram nas escolas de 2º grau do Estado chegou a duplicar durante a década, crescendo num ritmo de 8.1% ao ano.

Aprovação	Crescimento Absoluto	Índice médio de crescimento na década	Taxa de Aprovação	Taxa média na década
1971	109.226	8.1%	88.8%	87.7%
1980	218.394		85.1%	

Sem dúvida, o acréscimo do número de aprovados (109.128) na década indica que maiores chances de continuidade de estudos foram realmente asseguradas a esses alunos, no conjunto das escolas de 2º grau do Estado.

Pelas taxas de aprovação, constata-se que a aprovação média, nas escolas do Estado, atingiu o índice de 87.7%, o que corresponde a uma relação de 88 aprovações para cada 100 alunos. Esse desempenho, na década, é bastante razoável, muito embora não contássemos com dados comparáveis, relativos a períodos anteriores.

A tendência observada nas taxas de aprovação no período indica, entretanto, uma variação no seu movimento anual. Entre 1971 e 1976, as taxas de aprovação variaram entre 88.8% (1971) e 91.0% (1972), permanecendo, no primeiro quinquênio da década, sempre acima da taxa média do período (87.8%). De 1975 a 1980, porém, a variabilidade nas taxas de aprovação foi menor, mantendo-se entre 86.4% (1978) e 85.1% (1980). Observamos, assim, uma redução sensível na capacidade de aprovação das escolas de 2º grau do Estado, nos últimos cinco anos da década, comparativamente aos anos iniciais.

As variações nas taxas de aprovação nesses dois momentos revelam que o desempenho escolar registrado no 2º

grau em Minas Gerais sofreu uma redução gradual, atingindo seu momento mais deficitário no último ano da década.

Com base nesses dados, podemos concluir que, mesmo havendo ocorrido uma maior abertura nas possibilidades de promoção entre as séries do 2º grau, essa foi sendo gradualmente reduzida no decorrer dos últimos 5 anos do período examinado.

Nas Redes Pública e Particular

O desempenho dos alunos freqüentes ao ensino de 2º grau, no Estado, apresentou-se diferenciado nas redes pública e particular.

O crescimento do número de aprovações se manteve num ritmo um pouco mais elevado na rede pública do que na particular. O índice médio de crescimento anual das aprovações para as escolas públicas atingiu 10.8%, enquanto o das escolas particulares se situou em 9.2%. Considerando-se os limites quantitativos específicos de cada rede, na década, as escolas públicas conseguiram obter, a cada ano, maiores aprovações, superando, dessa forma, o ritmo do rendimento alcançado pela rede particular.

14 MAFRA, 1985b, p. 263.

15 Id. *Ibid.*, p. 263.

Aprovação	Crescimento na década		Índice médio de crescimento na década	Taxas de Aprovação		
				1971	1980	Taxa média na década
Pública	1971	1980	10.8%	85.0%	79.5%	84.4%
	42.596	66.670				
Particular	74.919	143.475	9,2%	91.4%	88.4%	89.7%
Minas Gerais	109.266	218.394	8.1%	88.8%	85.1%	87.7%

Todavia, quando se analisa o desempenho interno de cada rede, tomando-se como referência a matrícula final, verifica-se, pelas taxas de aprovação, que a posição entre essas redes se inverte. A rede particular conseguiu aprovar, em média, 89,8% dos alunos registrados na matrícula final. Já a rede pública apresentou um desempenho mais fraco, aprovando uma proporção menor de alunos, 84,4%.

As taxas médias, assim como aquelas registradas no início (1971) e no final (1980) da década, revelam uma tendência decrescente no processo de aprovação, nas escolas de ambas as redes, tendo sido a aprovação mais acentuada nas escolas públicas.

Em decorrência das variações apontadas, a diferenciação entre as escolas das duas redes, no que concerne à aprovação, mostrou-se maior no final da década do que no seu início.

3.2.3 - A REPROVAÇÃO NO ENSINO DE 2º GRAU

No Estado

Os dados referentes à reprovação ocorrida no conjunto das escolas de 2º grau no Estado de Minas Gerais mostram que o número de jovens reprovados cresceu quase três vezes entre 1971 e 1980. Esse crescimento foi sustentado por um índice médio de 11,3% ao ano, somando, no final da década, um total de 233.438 alunos reprovados.

O ritmo médio de crescimento das reprovações superou 1.3 vezes o apresentado pelas aprovações, expressando, dessa maneira, maiores dificuldades no processo de ensino nas escolas de 2º grau do Estado.

Reprovação	Crescimento na década	Índice médio de crescimento na década	Taxa de reprovação	Taxa média de reprovação na década
1971	13.735	11.3%	11.2%	12.3%
1980	38.136		14.9%	

As variações ocorridas no movimento das taxas de reprovação, na década, revelam que as escolas de 2º grau reprovavam menos (11,2%) no início da década do que no final (14,9%) desta. O perfil das taxas de reprovação não foge à tendência constatada quanto às taxas de evasão e de aprovação: até 1975, as taxas anuais de reprovação foram menores e inferiores à taxa média de reprovação do período (12,3%). Entre 1976 e 1980, elas cresceram e se situaram sempre acima da média da década, sendo que, nos anos de 1977, 1979 e 1980, chegaram a ultrapassar o índice de 14,0%.

O que se conclui com relação ao desempenho do ensino de 2º grau em Minas Gerais, entre 1971 e 1980, é que, ao duplicar seu alunado nesses dez anos, essas escolas não conseguiram sustentar os mesmos níveis de desempenho escolar que indicavam possuir no início do período. Agravaram-se, a par-

tir de então, os problemas de evasão e de reprovação, decrescendo paralelamente as possibilidades de promoção e conclusão desse nível de ensino.

Tal fato confirma a tese inicial deste estudo, segundo a qual a escola de 2º grau, nos últimos 12 anos, tornou-se mais diferenciada. Essa diferenciação, com base nos dados aqui analisados, sugere uma maior diversidade na qualidade do ensino ministrado, bem como nos tipos de escolas que se constituíram ao longo do período.

Nesse sentido, a democratização ocorrida não significou maior homogeneidade no tratamento pedagógico dispensado aos alunos, mas provavelmente o seu oposto, uma democratização pela diferenciação, na quantidade e na qualidade dos conteúdos transmitidos.

Nas Redes Pública e Particular

Tomando-se os dados da reprovação apresentados pelas redes de ensino, verifica-se que, embora a diferença entre elas não tenha sido muito acentuada, o número de reprovados cresceu, proporcionalmente, mais na rede particular (14.6%) do que na rede pública (12.1%).

Algumas variações são observadas nestes percentuais: no início e no final da década, a participação da rede pública no conjunto de reprovações do Estado foi superior (54.6% e 50.5%) à da rede particular (45.4% e 49.5%), porém a diferença entre elas mostra-se sensivelmente reduzida no último ano do período examinado.

Reprovação	Crescimento na década		Índice médio de crescimento na década	Taxa de reprovação		Taxa média de reprovação na década
	1971	1980		1971	1980	
Pública	7.492 (54.6%)	19.249 (50.5%)	12.1%	15.0%	20.4%	15.6%
Particular	6.243 (45.4%)	18.887 (49.5%)	14.6%	8.5%	11.6%	10.3%
Minas Gerais	13.735	38.136	11.3%	11.2%	14.9%	12.3%

Confrontando-se as taxas de reprovação da rede pública e da rede particular, para os anos de 1971 e 1980, verifica-se uma situação bem diferenciada.

As taxas de reprovação da rede pública não apenas cresceram visivelmente, passando de 15.0% (1971) para 20.4% (1980), como também se mantiveram bem acima das taxas da rede particular, em ambas as ocasiões (8.5% e 11.6%).

Essas observações demonstram que ocorreram dificuldades crescentes no desempenho do alunado das escolas de 2º grau, nas redes pública e particular. A taxa média de reprovação, na rede pública, superou, inclusive, a da evasão. Na rede particular, os problemas de evasão e de reprovação se colocam praticamente com a mesma intensidade média. Somente em 1980 a reprovação superou a evasão nesta rede.

A partir de tais considerações, pode-se concluir que o desempenho escolar do alunado da rede pública sofreu maior deterioração do que aquele apresentado pela rede particular.

No entanto, gostaríamos de salientar que os problemas apontados acima somente poderão ser melhor avaliados a partir de estudos que tomem, como objeto de investigação, a experiência concreta dessas escolas.

Somente assim, as diferenciações entre as redes de ensino público e particular e as gradações de tipos de ensino, dentro de cada uma delas, poderão ser adequadamente caracterizadas.

4 - CONCLUSÃO

As principais tendências apontadas no processo de expansão do ensino de 2º grau, aliadas às características do desempenho escolar neste nível de ensino, sugerem que a diferenciação escolar pode ser delineada já a partir dos dados examinados.

Em primeiro lugar, vimos que a expansão do ensino de 2º grau se processou pela crescente privatização, pela contenção do crescimento da rede pública e pela distribuição desigual das escolas entre as cidades do Estado.

Paralelamente, verificamos que as condições objetivas de realização do processo de ensino-aprendizagem podem ter sido afetadas pela retração do corpo docente e de funcionários por escola, assim como pela concentração de alunos por escolas, acarretando maior número de alunos e de aulas por professor.

Em segundo lugar, constatamos que a permanência dos alunos nas escolas de 2º grau foi prejudicada pelo aumento da evasão, e o aproveitamento escolar foi deteriorado pelo aumento da reprovação. Essas inter-relações ocorreram gradualmente durante a década, intensificando-se durante o 2º quinquênio.

Verificamos, igualmente, que esses movimentos não se processaram com a mesma intensidade para todos os alunos, uma vez que se apresentaram diferenciados pelas redes de ensino.

As possibilidades de acesso foram mais acentuadas na rede particular do que na pública, uma vez que as matrículas realizadas naquela superaram as desta última.

As possibilidades de aproveitamento escolar na rede pública foram mais afetadas pela reprovação escolar do que pela evasão. Na rede particular, a evasão e a reprovação encontram-se presentes com a mesma intensidade.

Essas redes de ensino, mesmo apresentando diferenças entre si, tornaram-se, no decorrer da década, mais próximas uma da outra, comparativamente à posição que possuíam inicialmente em relação ao desempenho escolar.

Os dados aqui examinados permitiram realizar uma primeira aproximação ao processo de diferenciação do ensino de 2º grau em Minas Gerais.

A limitação presente nesta etapa da pesquisa impõe restrições à compreensão dessa problemática, na medida em que ainda não nos é possível aquilatar todas as conseqüências e significados que o crescimento e o desempenho escolar diferenciado do ensino de 2º grau, indicados neste artigo, acarretam para a quantidade e qualidade dos conhecimentos transmitidos nas diferentes escolas. Estes somente poderão ser conhecidos com o desenvolvimento da segunda e da terceira etapas da pesquisa. Nessas etapas, dados de natureza qualitativa serão coletados, numa amostra intencional de escolas da área metropolitana de Belo Horizonte (segunda etapa) e através de estudos de caso (terceira etapa).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CUNHA, Luiz Antônio. *Educação e desenvolvimento social no Brasil*. Rio de Janeiro, F. Alves, 1975.
- . *Política educacional no Brasil; a profissionalização do ensino médio*. Rio de Janeiro; Eldorado, s.d.
- CURY, Carlos Roberto Jamil et alii. *A profissionalização do ensino na Lei 5 692/71*. Brasília, INEP, 1982.
- FRANCO, Maria Laura P.B. O ensino de 2º grau: democratização? profissionalização? ou nem uma coisa nem outra. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo (47): 18-31, nov. 1983.
- FREITAG, Bárbara. *Escola, estado e sociedade*. São Paulo, EDART, 1977.
- LÜSCHER, Ana Zuleima de Castro; MAFRA, Leila de Alvarenga; MACHADO, Lucília Regina de Souza. Ensino de 2º grau em Minas Gerais: caracterização e perspectivas. *Educação em Revista*, Belo Horizonte (2):70, dez. 1985 (Pesquisas em andamento).
- MACHADO, Lucília Regina de Souza. *Unificação escolar e hegemonia*. São Paulo, PUC, 1984. (Tese de Doutorado).
- MAFRA, Leila de Alvarenga; LÜSCHER, Ana Zuleima de Castro; MACHADO, Lucília Regina de Souza. Dados globais. In: ——. *O ensino de 2º grau em Minas Gerais: Caracterização e perspectivas; relatório de pesquisa*. Belo Horizonte, FUNDEP/UFMG, 1985a. v. 1.
- MAFRA, Leila de Alvarenga; LÜSCHER, Ana Zuleima de Castro; MACHADO, Lucília Regina de Souza. Dados por macrorregião. In: ——. *O ensino de 2º grau em Minas Gerais: Caracterização e perspectivas; relatório de pesquisa*. Belo Horizonte, FUNDEP/UFMG, 1986. v. 4.
- MAFRA, Leila de Alvarenga; LÜSCHER, Ana Zuleima de Castro; MACHADO, Lucília Regina de Souza. Dados por redes de ensino. In: ——. *O ensino de 2º grau em Minas Gerais: caracterização e perspectivas; relatório de pesquisa*. Belo Horizonte, FUNDEP/UFMG, 1985 b. v. 2.